

Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

CNPJ: 19.650.094/0001-72

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Com relatório dos auditores independentes



Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório dos auditores independentes.....	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstração do resultado.....	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores acionistas, a Administração da Central Geradora Fotovoltaica São Francisco LTDA., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 01 de março de 2023.

Fabio Romanin

Relações com investidores

Camila Silva de Mello – CRC 1RS083577/O-5

Contadora responsável



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da
Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. (CGFSF ou Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-002563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.266	245
Recebíveis de arrendamento e outros recebíveis	4	14.884	10.511
Outros tributos compensáveis		114	1
Adiantamento a fornecedores	5	4.950	3.315
Outros créditos		376	-
Total do ativo circulante		22.590	14.072
<u>Ativo não circulante</u>			
Recebíveis de arrendamento e outros recebíveis	4	131.239	62.943
Imobilizado	6	112.511	60.653
Total do ativo não circulante		243.750	123.596
Total do ativo		266.340	137.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	7	15.472	6.778
Empréstimos e financiamentos		-	23
Imposto de renda e contribuição social a pagar		392	22
Outras obrigações fiscais		985	59
Outras obrigações		52	-
Total do passivo circulante		16.901	6.882
<u>Passivo não circulante</u>			
Outras obrigações fiscais		-	3
Provisão para desmantelamento	8	1.217	683
Total do passivo não circulante		1.217	686
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	10	268.129	113.749
Capital social (a integralizar)		(95.834)	(16.809)
Reserva legal		3.749	1.611
Lucros retidos		71.246	30.617
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		932	932
Total do patrimônio líquido		248.222	130.100
Total do passivo e do patrimônio líquido		266.340	137.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Receita líquida	11	64.983	37.999
Custo do serviço	12	(34.821)	(21.567)
Lucro bruto		30.162	16.432
Despesas operacionais	12		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(1.847)	(12.461)
Despesas gerais e administrativas		(267)	(499)
Total despesas operacionais		(2.114)	(12.960)
Resultado do serviço público de energia elétrica		28.048	3.472
Receitas financeiras	12	15.665	3.670
Despesas financeiras	12	(102)	(27)
Total do resultado financeiro		15.563	3.643
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		43.611	7.115
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(844)	(72)
		(844)	(72)
Lucro líquido do exercício		42.767	7.043
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)		0,16	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	42.767	7.043
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	-	1.412
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	-	(480)
	<u>-</u>	<u>932</u>
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>42.767</u>	<u>7.975</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros			Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Capital subscrito	(-) a integralizar	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	74.549	(21.029)	1.259	23.926	-	-	78.705
Aumento de capital	39.200	-	-	-	-	-	39.200
Integralização de capital	-	4.220	-	-	-	-	4.220
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.043	-	7.043
Ganho em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	1.412	1.412
Impostos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(480)	(480)
Reserva legal	-	-	352	-	(352)	-	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	6.691	(6.691)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	113.749	(16.809)	1.611	30.617	-	932	130.100
Aumento de capital	154.380	(79.025)	-	-	-	-	75.355
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	42.767	-	42.767
Reserva legal	-	-	2.138	-	(2.138)	-	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	40.629	(40.629)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	268.129	(95.834)	3.749	71.246	-	932	248.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	42.767	7.043
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.847	12.461
Atualização de contas a receber de arrendamento	(15.665)	(3.668)
Depreciação e amortização	356	383
Atualização financeira - desmantelamento	98	25
Apropriação dos custos de transação - imobilizado	436	-
Baixa de imobilizado	33.616	2.661
Imposto de renda e contribuição social correntes	844	72
Instrumentos financeiros derivativos	-	932
Redução (aumento) dos ativos:		
Recebíveis de arrendamento e outros recebíveis	(58.851)	(37.617)
Outros tributos compensáveis	(113)	-
Adiantamento a fornecedores	(1.635)	-
Outros créditos	(376)	(3.315)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	8.694	6.763
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(4)	(1)
Outras obrigações fiscais	923	39
Outras obrigações	52	-
	12.989	(14.222)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(470)	(121)
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais	12.519	(14.343)
Atividades de investimentos:		
Aquisições de ativo imobilizado	(85.830)	(29.262)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(85.830)	(29.262)
Atividades de financiamentos:		
Aumento de capital	75.355	39.200
Integralização de capital	-	4.220
Captação de empréstimo com partes relacionadas	-	23
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(23)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	75.332	43.443
Variação no caixa líquido da Companhia	2.021	(162)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	245	407
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.266	245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. (“CGFSF” ou “Companhia”) é uma sociedade empresarial limitada de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP, tem como objeto social de atividades de locação e gestão de equipamentos para produção de energia elétrica de origem solar, eficiência energética, infraestrutura elétrica e outros, bem como as atividades de operação e manutenção desses ativos.

A Companhia foca sua atuação na seguinte linha de negócio e produto:

- E-Industries (clientes corporativos e institucionais): principalmente focada em geração distribuída com autoconsumo remoto: focada no cliente preocupado com a sustentabilidade e com políticas ambientais não intensivas em energia através de aluguel de painéis solares ligados no sistema elétrico.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 1º de março de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 – Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda esperada para crédito de liquidação duvidosa e instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, provisões para processos judiciais e outros riscos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	2.266	245
Total	2.266	245

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



4. Recebíveis de arrendamento e outros recebíveis

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

	A vencer	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	31.12.2022	31.12.2021
Cientes	4.025	97	3	4.125	-
Recebíveis de arrendamento financeiro	144.847	-	-	144.847	87.107
	148.872	97	3	148.972	87.107
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(2.845)	(3)	(1)	(2.849)	(13.653)
Total	146.027	94	2	146.123	73.454
Circulante				14.884	10.511
Não circulante				131.239	62.943

A Companhia como arrendatária

Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplica o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento quando aplicado. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31.12.2021	Adição	Reversão	Baixa de incobráveis	31.12.2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(13.653)	(3.003)	1.156	12.651	(2.849)
Total	(13.653)	(3.003)	1.156	12.651	(2.849)

	31.12.2020	Adição	31.12.2021
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(1.192)	(12.461)	(13.653)
Total	(1.192)	(12.461)	(13.653)

5. Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta o montante de R\$ 4.950 (R\$ 3.315 em 31 de dezembro de 2021), relacionado a adiantamento a fornecedores, principalmente relacionado a antecipação dos contratos de construção dos projetos de arrendamento dos clientes.

6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 1 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Uso de estimativas:

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificados indicativos de *impairment*.

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado nos exercícios de 2022 e 2021:

	31.12.2021	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	31.12.2022
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Máquinas e equipamentos	8.258	-	-	(33.616)	33.616	8.258
	8.258	-	-	(33.616)	33.616	8.258
<u>Depreciação acumulada</u>						
Máquinas e equipamentos	(654)	-	(356)	-	-	(1.010)
	(654)	-	(356)	-	-	(1.010)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Máquinas e equipamentos	53.049	85.830	-	-	(33.616)	105.263
	53.049	85.830	-	-	(33.616)	105.263
Total	60.653	85.830	(356)	(33.616)	-	112.511

As adições se referem aos investimentos realizados em projetos de geração de energia eólica, solar e hidro.

As baixas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, se referem a realização dos projetos de arrendamento de clientes, conforme previsto no CPC 06.

	31.12.2020	Adição	Depreciação	Baixa	31.12.2021
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	10.929	-	-	(2.671)	8.258
	10.929	-	-	(2.671)	8.258
<u>Depreciação acumulada</u>					
Máquinas e equipamentos	(617)	-	(383)	346	(654)
	(617)	-	(383)	346	(654)
<u>Imobilizado em curso</u>					
Máquinas e equipamentos	23.787	29.262	-	-	53.049
	23.787	29.262	-	-	53.049
Total	34.099	29.262	(383)	(2.325)	60.653

Os ativos são depreciados conforme taxa a seguir:

Administração	%
Máquinas e equipamentos	4,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	31.12.2022	31.12.2021
Materiais e serviços	11.372	6.778
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota 15)	4.100	-
Total	15.472	6.778
Circulante	15.472	6.778

O aumento do saldo de fornecedores se deve ao fato de que a Companhia entrou em operação ao longo de 2021 e em 2022 operou todos os meses, ocasionando em maior atividade operacional no ano de 2022 e consequentemente maior saldo quando comparado ao exercício anterior.

8. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 10,68% (7,24% em 31 de dezembro de 2021), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo do início do exercício	683	322
Adição	436	336
Atualização financeira	98	25
Saldo do final do exercício	1.217	683

9. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível e provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Patrimônio líquido

10.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia é de R\$ 268.129 (R\$ 113.749 em 31 de dezembro de 2021), parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de quotas	% de participação no capital	Quantidade de quotas	% de participação no capital
Enel X Brasil S.A.	268.128.915	100,00%	113.749.249	100,00%
Enel Brasil S.A.	2	0,00%	1	0,00%
Total	268.128.917	100,00%	113.749.250	100,00%

Em 30 de maio de 2022, através da 11ª alteração do contrato social da Companhia foi aprovado o seu aumento de capital social de R\$ 113.749 para R\$ 130.381, sendo o referido aumento no valor de R\$ 16.632, mediante a emissão de 16.632.197 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ R\$ 1,00 (um real), subscritas pela controladora Enel X Brasil S.A.

Em 26 de agosto de 2022, através da 12ª alteração do contrato social da Companhia foi aprovado o seu aumento de capital social de R\$ 130.381 para R\$ 268.129, sendo o referido aumento no valor de R\$ 137.748, mediante a emissão de 137.747.470 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ R\$ 1,00 (um real), subscritas pela controladora Enel X Brasil S.A.

10.2. Reserva legal

O contrato social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

10.3 Destinação de resultado

Os lucros apurados serão distribuídos de forma proporcional ou não ao capital social, conforme determinado pelos sócios quotistas representando a maioria do capital social da Companhia ou levados para a conta de lucros retidos. Não haverá dividendo obrigatório, nem qualquer limite à retenção de lucros, devendo a conveniência e o momento da distribuição de lucros serem livremente determinados pelos sócios quotistas detentores de mais de 50% do capital social.

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	42.767	7.043
(-) Reserva legal	(2.138)	(352)
Lucro ajustado	40.629	6.691
Lucros retidos	40.629	6.691
	-	-

10.4 Outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresenta o montante de R\$ 932 referente a derivativo contratado para proteção de variação cambial na importação de equipamentos relacionados à construção da planta solar. Este montante será transferido para o ativo imobilizado quando a planta entrar em operação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11. Receita líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

11.1 Receita de arrendamento financeiro

As receitas com arrendamento são desempenhadas pela Companhia e são oriundas do aluguel de plantas de geração de energia fotovoltaicas. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, tais arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros os contratos que apresentam as seguintes características (i) o valor presente dos fluxos de caixa futuros é superior ao custo do ativo, (ii) o prazo do arrendamento cobre substancialmente toda a vida útil das plantas solares e (iii) os riscos e benefícios da planta são substancialmente transferidos ao arrendatário com base nos termos contratuais

A receita de arrendamento é contabilizada pelo método linear durante todo o período do arrendamento e é incluída na receita da demonstração do resultado devido à sua natureza operacional.

11.2 Receita de serviço

As receitas com venda de serviços estão listadas a seguir: (i) locação e gestão de equipamentos para produção de energia elétrica; e (ii) operação e manutenção desses ativos.

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

	2022	2021
Receita de arrendamento financeiro	64.318	37.581
Receita de serviços	995	450
	65.313	38.031
<u>Deduções da receita</u>		
Cofins	(239)	(26)
Pis	(52)	(6)
ISS	(39)	-
	(330)	(32)
Total	64.983	37.999

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12. Custo e despesas operacionais

	2022			2021				
	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total
Custo de venda - ativos subjacentes - contratos arrendamentos	(34.052)	-	-	(34.052)	(21.040)	-	-	(21.040)
Material	-	-	74	74	-	-	(93)	(93)
Serviços de terceiros	(769)	-	-	(769)	(527)	-	-	(527)
Depreciação e amortização	-	-	(356)	(356)	-	-	(383)	(383)
Aluguéis e arrendamentos	-	-	(5)	(5)	-	-	-	-
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.847)	-	(1.847)	-	(12.461)	-	(12.461)
Outras receitas (despesas)	-	-	20	20	-	-	(23)	(23)
Total	(34.821)	(1.847)	(267)	(36.935)	(21.567)	(12.461)	(499)	(34.527)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Atualização de contas a receber de arrendamento	15.665	3.668
Outras receitas financeiras	-	2
	15.665	3.670
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas (nota 14)	(2)	-
Atualização de impostos e multas	(1)	-
Atualização financeira desmantelamento	(98)	(25)
Outras despesas financeiras	(1)	(2)
	(102)	(27)
Total	15.563	3.643

14. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 32% e 9%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2022	2021
Receita de serviços	7.855	738
Receita de aluguel	124	127
Outras receitas	-	2
Base de cálculo presumida do imposto de renda (32%)	2.553	277
Outras receitas financeiras	-	2
Total base de cálculo	2.553	279
Alíquota do imposto de renda (15%)	(383)	(42)
Outras receitas financeiras	(231)	(5)
Total do imposto de renda	(614)	(47)
Base de cálculo presumida da contribuição social (32%)	2.553	277
Outras receitas financeiras	-	2
Total base de calculo	2.553	279
Alíquota da contribuição social (9%)	(230)	(25)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(844)	(72)

15. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à companhia: (i) seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração; e (ii) empresas em controle comum pertencentes ao Grupo Enel – conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas.

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

15.1 Controladora (Enel X Brasil)

	2022	2021	2022	2021
	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (despesas)	
Compartilhamento das despesas comuns	(4.100)	-	-	(1)
Mutuo	-	(23)	(2)	-
Total	(4.100)	(23)	(2)	(1)

Remuneração da Administração

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2022 e 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

16.1 Instrumentos financeiros

16.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Categoria	Nível*	31.12.2022		31.12.2021	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	2.266	2.266	245	245
Receíveis de arrendamento e outros recebíveis	Custo amortizado	2	146.123	146.123	73.454	73.454
			148.389	148.389	73.699	73.699
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	15.472	15.472	6.778	6.778
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	-	-	23	23
			15.472	15.472	6.801	6.801
Total			163.861	163.861	80.500	80.500

* Conforme detalhado na nota explicativa 16.1.2 Hierarquia do valor justo

Para as rubricas da Companhia, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgar os valores equivalentes ao valor contabilizado.

16.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** – dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** – dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

16.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Adicionalmente, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, compliance, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras de limites; definir estratégias de risco mediante a elaboração de planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócio e a área de Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a Alta Administração e a Diretoria atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração, por sua vez, pela segunda e terceira linhas de defesa.

A área de Controle de Riscos possui Certificação Internacional Isso 31000:2018 (G31000) e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas do Grupo, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto monetário dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as Unidades de Negócio e seus respectivos Risk Owners como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de Controle de Riscos mantendo boas práticas de governança corporativa e assegurando a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos sócios, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a pagamentos de fornecedores e outras obrigações.

b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas às liquidações de CAPEX indexados a estas moedas.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas)
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/22	31/10/23	6.600	188.355
Responsabilidade civil geral	31/10/22	31/10/23	n/a	104.946
Responsabilidade civil de administradores	10/11/22	10/11/23	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/22	31/10/23	n/a	103.723

18. Eventos subsequentes

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.